



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CAMPUS ARACAJU



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

(Manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento e reposição de peças novas, relativamente aos equipamentos que compõem os postos de medição das subestações).

HABILITAÇÃO COMPLETA

Lei Complementar nº 123, de 2006: ampla participação.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2018

(Processo Administrativo n.º 23060.004841/2017-33)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Instituto Federal de Sergipe-Campus Aracaju, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratos, sediado à Av. Engº Gentil Tavares da Motta, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **17 / 10 / 2018**

Horário: **09:00 Horas**



Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

Uasg: **158393**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de operação eventual, manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento e reposição de peças novas, relativamente aos equipamentos que compõem os postos de medição e as subestações abrigadas e/ou aéreas, redes aéreas de baixa e/ou média tensão, deste Instituto Federal de Educação de Sergipe, instaladas nos *Campi* das cidades de Aracaju, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. **A licitação será dividida em itens, formados por um único grupo, conforme tabela constante do Termo de Referência, e seu jugamento será pelo valor global por item.**

	<p align="center">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CAMPUS ARACAJU</p>	 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERGIPE</p>
---	--	--

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

DESCRIÇÃO	CAMPUS			
	ARACAJU	LAGARTO	N. S. DO SOCORRO	SÃO CRISTÓVÃO
Gestão/Unidade	26423/158393	26423/158394	26423/158393	26423/158392
Fonte	81000000	81000000	81000000	81000000
Programa de Trabalho	108825	108825	108825	108825
Elemento de Despesa	33903916	33903916	33903916	33903916
PI	VCONTN0100N	VCONTN0100N	VCONTN0100N	VCONTN0100N

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do item;

5.6.2. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:

5.6.2.1. A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.8.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017);

5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos

6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.4. não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

7.3. Os licitantes podem apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;

7.4. Para efeito do subitem acima, poderá haver adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando a assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço;

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.5. Habilitação jurídica:

8.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.5.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.5.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.5.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.6. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.6.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.6.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.6.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais (ou estaduais) relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal (Fazenda Estadual) do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.6.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7. Qualificação Econômico-Financeira:

8.7.1. certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.7.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.7.2.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a XX% (XXXX por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.8. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.8.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional (CREA-CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SERGIPE), em plena validade;

8.8.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a dois anos, mediante a apresentação de no mínimo um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.8.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.8.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.8.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.9. As empresas cadastradas ou não no SICAF deverão apresentar ainda:

8.9.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; OU

8.9.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VIII deste Edital.

8.10. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas), após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do telefone **(79) 3711-3150** ou do e-mail **ailton.vieira@ifs.edu.br**. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **5 (cinco) dias**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), ou e-mail.

8.12. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 11.10.10.

8.13.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.14. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas)** horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.17. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.20. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.21. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, telefone, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou telefone dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas)** horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

13.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei. n. 8.666, de 1993;

13.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme o item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

13.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.3.2. prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.3.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

13.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

13.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

13.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

13.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

13.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.9. Será considerada extinta a garantia:

13.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.9.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

13.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.11. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

14.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15. DO REAJUSTE

15.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, abaixo descritas na íntegra.

17.1.1. Obrigações da Contratante

17.1.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.1.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.1.1.3. Promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, registrando os assuntos em ata;

17.1.1.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

17.1.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

17.1.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017;

17.1.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

17.1.1.8. Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da Contratada;

17.1.1.9. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

17.1.1.10. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

17.1.1.11. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

17.1.1.12. Considerar os trabalhadores da Contratada como seus próprios colaboradores eventuais, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

17.1.1.13. Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e

17.1.2. Obrigações da Contratada

17.1.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

17.1.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.1.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.1.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

17.1.2.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

17.1.2.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

17.1.2.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

17.1.2.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

17.1.2.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

17.1.2.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

17.1.2.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.1.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.1.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.1.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.1.2.15. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

17.1.2.16. A Contratada deverá possuir em uma das localidades de prestação dos serviços, em até 60 dias corridos da data de assinatura do contrato, instalação de estrutura administrativa mínima para suportar os compromissos assumidos com a Contratante em todos os locais previstos contratualmente, com todos os seus custos deverão estar inclusos sua proposta;

17.1.2.17. As operações eventuais, manutenções preventivas e corretivas deverão ser, obrigatoriamente, executadas por pessoa habilitada, com registro no CREA, podendo, caso necessário, ser auxiliado por assistente;

17.1.2.18. A licitante deverá comprovar através de acervo técnico comprovado no CREA que já realizou, no mínimo uma (01), manutenção em subestação abrigada com potência instalada de 1.650 (mil seiscentos e cinquenta) KVA, 3 (três) km de rede aérea em média tensão (13.8kV) com estrutura compacta e convencional, e 3 (três) km de rede aérea em baixa tensão multiplexada (220/127 V), sob pena de inabilitação;

17.1.2.19. A Contratada deverá disponibilizar um engenheiro eletricista, responsável técnico devidamente registrado no CREA, para a supervisão do contrato de manutenção, que prestará esclarecimentos técnicos pertinentes, apresentará especificações detalhadas de peças para aquisição e emitirá laudos e atestados - com ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) - sobre os serviços e equipamentos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

17.1.2.20. Ao final das manutenções preventivas ou corretivas, a CONTRATADA deverá emitir um relatório dos serviços executados, indicando também a relação de peças substituídas, assim como anotação de responsabilidade técnica – ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) dos serviços executado;

17.1.2.21. A Contratada deverá atender os chamados do IFS para executar os serviços de manutenção corretiva de urgência ou operações eventuais que se fizerem necessários no prazo máximo de 8 (oito) horas, a partir da abertura do chamado, devendo, para tanto, disponibilizar número local de celular (DDD 79), disponível 24/7 (vinte quatro horas em todos os 7 dias da semana,

inclusive feriados) para solicitação de manutenção emergencial ao responsável pela efetivação do serviço a qualquer tempo;

17.1.2.22. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados pela CONTRATADA sempre que solicitados pelo Contratante, inclusive aos sábados, domingos e feriados, se houver necessidade;

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

18.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



18.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

18.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. apresentar documentação falsa;

19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. não mantiver a proposta;

19.1.6. cometer fraude fiscal;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail ailton.vieira@ifs.edu.br, pelo fax 3711-3150, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju, Av. Engº Gentil Tavares da Motta, nº 1166, seção COLIC - Coordenadoria Licitações e Contratos;

20.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



21.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos **www.comprasnet.gov.br** e **www.ifs.edu.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço **Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju, Av. Engº Gentil Tavares da Motta, nº 1166, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju-Se, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:59 horas**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.10.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 21.10.2. ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS DOS MATERIAIS E SERVIÇOS;
- 21.10.3. ANEXO III - PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS;
- 21.10.4. ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR);
- 21.10.5. ANEXO V - ATESTADO DE VISTORIA;
- 21.10.6. ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS;
- 21.10.7. ANEXO VII - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

Aracaju-SE , 02 de outubro de 2018.

José Ailton Vieira da Silva
Pregoeiro

	<p align="center">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CAMPUS ARACAJU</p>	 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERGIPE</p>
---	--	--

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E OPERAÇÃO EVENTUAL NAS SUBESTAÇÕES DE ENERGIA DO IFS

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de operação eventual, manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento e reposição de peças novas, relativamente aos equipamentos que compõem os postos de medição, subestações abrigadas e/ ou aéreas e as redes aéreas de baixa e/ou média tensão, instalados nos *Campi* do Instituto Federal de Educação de Sergipe, situados nas cidades de Aracaju, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 01



GRUPO SUBGRUPO		DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS				
GRUPO 01	SUBGRUPO 01 (Valor Fixo)	Realização de manutenção preventiva nas subestações (abrigadas e aéreas), cubículos de medição e redes aéreas (convencional e multiplexada) de média e de baixa tensão, nos <i>campi</i> do IFS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	R\$ Médio Unitário	Qdt (anual)	R\$ Médio Total	CATSER
		ITEM 01 Campus Lagarto	13.160,00	1 unidade	13.160,00	21687
		ITEM 02 Campus Aracaju	17.190,67	1 unidade	17.190,67	
		ITEM 03 Campus São Cristóvão	49.797,27	1 unidade	49.797,27	
		ITEM 04 Nossa Senhora do Socorro	10.953,10	1 unidade	10.953,10	
	VALOR MÉDIO TOTAL DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (R\$)*					91.101,04
	SUBGRUPO 02 (Realizados por demanda)	Realização de operação eventual nas subestações (abrigadas e aéreas) ou cubículos de medição nos <i>campi</i> do IFS OU realização de manutenção corretiva eventual, nas subestações (abrigadas e aéreas), cubículos de medição ou redes aéreas (convencional e multiplexada) de média e de baixa tensão, nos <i>campi</i> do IFS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme anexo 2 - Lista de Materiais.	R\$ Unitário (horas)	Qdt (anual em horas)	R\$ Total	CATSER

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CAMPUS ARACAJU	 <small>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERGIPE</small>
---	--	---

		ITEM 05	Homem-hora de eletrotécnico* para o Campus Lagarto.	30,55	47	1.435,85	21687	
		ITEM 06	Homem-hora de eletricista* para o Campus Lagarto.	21,54	47	1.012,38		
		ITEM 07	Homem-hora de eletrotécnico* para o Campus Aracaju.	30,55	62	1.894,10		
		ITEM 08	Homem-hora de eletricista* para o Campus Aracaju.	21,54	62	1.335,48		
		ITEM 09	Homem-hora de eletrotécnico* para o Campus São Cristóvão.	30,55	178	5.437,90		
		ITEM 10	Homem-hora de eletricista* para o Campus São Cristóvão.	21,54	178	3.834,12		
		ITEM 11	Homem-hora de eletrotécnico* para o Campus Nossa Senhora do Socorro.	30,55	39	1.191,45		
		ITEM 12	Homem-hora de eletricista* para o Campus Nossa Senhora do Socorro.	21,54	39	840,06		
	VALOR MÉDIO TOTAL ANUAL DA MÃO DE OBRA (R\$)*					16.981,34		
	SUBGRUPO 03 (Realizados por demanda)	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme anexo 2 - Lista de Materiais.					R\$ Total	CATMAT
		ITEM 13	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme Anexo 2 - Lista de Materiais, para o Campus Lagarto.			16.699,19	6150	
		ITEM 14	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme Anexo 2 - Lista de Materiais, para o Campus Aracaju.			21.825,81		
		ITEM 15	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme Anexo 2 - Lista de Materiais, para o Campus São Cristóvão.			63.367,28		
		ITEM 16	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme Anexo 2 - Lista de Materiais, para o Campus Nossa Senhora do Socorro.			13.909,01		
VALOR TOTAL DOS MATERIAIS (R\$)*					115.801,29			
VALOR GLOBAL (SUBGRUPO 01 + SUBGRUPO 02 + SUBGRUPO 03)					223.883,67			

Tabela 02

SUBGRUP O 3	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme anexo 2 - Lista de Materiais.	UNI D	QUANT	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL
01	LISTA DE MATERIAIS - MANUTENÇÃO DAS SUBESTAÇÕES E REDES ELÉTRICAS DO IFS				115.801,29
01.001	ITEM 13: LISTA DE MATERIAIS - CAMPUS LAGARTO				16.699,19
01.001.001	Elo fusível 10 k, 500 mm	un	3,000	8,51000	25,53
01.001.002	Mufra terminal contratil à frio 12 / 20 Kv	un	8,000	615,11000	4.920,88
01.001.003	Pára-raio tipo polimérico 12KV, com desligador automático, resist. n/ linear	un	3,000	243,93000	731,79
01.001.004	Chave fusível para redes de distribuicao, tensao de 15,0 kv, corrente nominal do porta fusível de 100 a, capacidade de interrupcao simetrica de 7,10 ka, capacidade de interrupcao assimetrica 10,00 ka	un	3,000	303,46000	910,38
01.001.005	Grampo linha viva 6 a 250 mcm, ramal 8 a 2/0 awg	un	3,000	14,87000	44,61
01.001.006	Haste de aterramento em aco com 3,00 m de comprimento e dn = 5/8", revestida com baixa camada de cobre, com conector tipo grampo	un	3,000	30,16000	90,48
01.001.007	Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg	kg	,5000	51,75000	25,88
01.001.008	Isolador de passagem interno - interno 15kv	un	3,000	57,54000	172,62
01.001.009	Terminal de compressão para cabo de 185 mm2	Un	3,000	15,78000	47,34
01.001.010	Terminal de compressão para cabo de 240 mm2	Un	3,000	15,78000	47,34
01.001.011	Cabo de alumínio nu asc, com alma de aço, 7x1 fios - 2/0 awg.	kg	2,000	26,23000	52,46
01.001.012	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 25mm², 12/20kv / 90° C (Eprotenax ou similar)	m	130,000	51,19000	6.654,70
01.001.013	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 25mm², 1kv / 90° C	m	20,000	13,28000	265,60
01.001.014	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 70mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000	35,04000	700,80
01.001.015	Isolador pino porcelana p/ 15kv	un	3,000	21,45000	64,35
01.001.016	Disjuntor tripolar 600 A, padrão DIN (linha branca), corrente de interrupção 65KA, ref.: Siemens LFC3M ou similar	un	1,000	1944,43000	1.944,43
01.002	ITEM 14: LISTA DE MATERIAIS - CAMPUS ARACAJU				21.825,81
01.002.001	Elo fusível 10 k, 500 mm	un	3,000	8,51000	25,53
01.002.002	Mufra terminal contratil à frio 12 / 20 Kv	un	6,000	615,11000	3.690,66
01.002.003	Pára-raio tipo polimérico 12KV, com desligador automático, resist. n/ linear	un	3,000	243,93000	731,79
01.002.004	Chave fusível para redes de distribuicao, tensao de 15,0 kv, corrente nominal do porta fusível de 100 a, capacidade de interrupcao simetrica de 7,10 ka, capacidade de interrupcao assimetrica 10,00 ka	un	1,000	303,46000	303,46
01.002.005	Grampo linha viva 6 a 250 mcm, ramal 8 a 2/0 awg	un	1,000	14,87000	14,87
01.002.006	Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg	kg	1,000	51,75000	51,75
01.002.007	Isolador de passagem interno - interno 15kv	un	5,000	57,54000	287,70

	<p align="center">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CAMPUS ARACAJU</p>	 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERGIPE</p>
---	--	--



01.002.008	Terminal de compressão para cabo de 50 mm2	Un	6,000	2,69000	16,14
01.002.009	Terminal de compressão para cabo de 95 mm2	Un	6,000	4,14000	24,84
01.002.010	Terminal de compressão para cabo de 150 mm2	Un	6,000	7,95000	47,70
01.002.011	Terminal de compressão para cabo de 185 mm2	Un	6,000	15,78000	94,68
01.002.012	Terminal de compressão para cabo de 240 mm2	Un	6,000	15,78000	94,68
01.002.013	Lâmpada vapor sódio alta pressão 250 w (philips ref. son 250w ou similar).	un	4,000	39,62000	158,48
01.002.014	Reator externo p/ lâmpada vapor sódio 250w	un	4,000	157,7000	630,80
01.002.015	Lâmpada vapor metálico 400w.	un	4,000	63,47000	253,88
01.002.016	Reator para lâmpada vapor metálico 400w	un	4,000	99,78000	399,12
01.002.017	Cabo de alumínio nu asc, com alma de aço, 7x1 fios - 2/0 awg	kg	50,000	26,23000	1.311,50
01.002.018	Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm²	m	28,000	23,38000	654,64
01.002.019	Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm²	m	28,000	13,17000	368,76
01.002.020	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 25mm², 12/20kv / 90° C (Eprotenax ou similar)	m	70,000	51,19000	3.583,30
01.002.021	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 10mm², 1kv / 90° C	m	30,000	5,45000	163,50
01.002.022	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 16mm², 1kv / 90° C	m	30,000	8,29000	248,70
01.002.023	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 25mm², 1kv / 90° C	m	20,000	13,28000	265,60
01.002.024	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 35mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000	17,03000	340,60
01.002.025	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 50mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000	22,7000	454,00
01.002.026	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 70mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000	35,04000	700,80
01.002.027	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 95mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000	49,94000	998,80
01.002.028	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 120mm², 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000	58,46000	1.169,20
01.002.029	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 240mm², 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	15,000	113,51000	1.702,65
01.002.030	Isolador pino porcelana p/ 15kv	un	3,000	21,45000	64,35
01.002.031	Relé fotoelétrico individual 5a / 127v, c/ base móvel	un	8,000	22,36000	178,88
01.002.032	Disjuntor tripolar 600 A, padrão DIN (linha branca), corrente de interrupção 65KA, ref.: Siemens LFC3M ou similar	un	1,000	1944,43000	1.944,43
01.002.033	Transformador de corrente relação de transformação 200-5A, tipo seco, classe de tensão 15KV	un	3,000	283,34000	850,02
01.003	ITEM 15: LISTA DE MATERIAIS - CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO				63.367,28
01.003.001	Elo fusível 10 k, 500 mm	un	6,000	8,51000	51,06
01.003.002	Pára-raio tipo polimérico 12KV, com desligador automático, resist. n/ linear	un	3,000	243,93000	731,79
01.003.003	Chave fusível para redes de distribuicao, tensao de 15,0 kv, corrente nominal do porta fusível de 100 a, capacidade de interrupcao simetrica de 7,10 ka, capacidade de interrupcao assimetrica	un	3,000	303,46000	910,38



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CAMPUS ARACAJU



	10,00 ka				
01.003.004	Grampo linha viva 6 a 250 mcm, ramal 8 a 2/0 awg	un	3,000	14,87000	44,61
01.003.005	Haste de aterramento em aço com 3,00 m de comprimento e dn = 5/8", revestida com baixa camada de cobre, com conector tipo grampo	un	3,000	30,16000	90,48
01.003.006	Lâmpada vapor metálico 400w	un	36,000	63,47000	2.284,92
01.003.007	Reator para lâmpada vapor metálico 400w	un	36,000	99,78000	3.592,08
01.003.008	Lâmpada vapor sódio alta pressão 250 w (philips ref. son 250w ou similar)	un	5,000	39,62000	198,10
01.003.009	Reator externo p/ lâmpada vapor sódio 250w	un	5,000	157,70000	788,50
01.003.010	Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg	kg	1,000	51,75000	51,75
01.003.011	Isolador de passagem interno - interno 15kv	un	3,000	57,54000	172,62
01.003.012	Terminal de compressão para cabo de 50 mm ²	Un	3,000	2,69000	8,07
01.003.013	Terminal de compressão para cabo de 95 mm ²	Un	3,000	4,14000	12,42
01.003.014	Terminal de compressão para cabo de 150 mm ²	Un	3,000	7,95000	23,85
01.003.015	Terminal de compressão para cabo de 185 mm ²	Un	3,000	15,78000	47,34
01.003.016	Terminal de compressão para cabo de 240 mm ²	Un	3,000	15,78000	47,34
01.003.017	Cabo de alumínio nu asc, com alma de aço, 7x1 fios - 2/0 awg	kg	130,000	26,23000	3.409,90
01.003.018	Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm ²	m	82,000	23,38000	1.917,16
01.003.019	Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm ²	m	82,000	13,17000	1.079,94
01.003.020	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 25mm ² , 1kv / 90° C	m	40,000	13,28000	531,20
01.003.021	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 35mm ² , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	40,000	17,03000	681,20
01.003.022	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 50mm ² , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	40,000	22,70000	908,00
01.003.023	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 70mm ² , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	40,000	35,04000	1.401,60
01.003.024	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 95mm ² , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	70,000	49,94000	3.495,80
01.003.025	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 120mm ² , 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	75,000	58,46000	4.384,50
01.003.026	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 240mm ² , 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	50,000	113,51000	5.675,50
01.003.027	Isolador pino porcelana p/ 15kv	un	6,000	21,45000	128,70
01.003.028	Relé fotoelétrico individual 5a / 127v, c/ base móvel	un	24,000	22,36000	536,64
01.003.029	Poste concreto duplo T (DT) 10/ 600	un	3,000	869,31000	2.607,93
01.003.030	Relé de proteção de rede -50/51-sobrecorrente instantânea e temporizada, 50c/50-nsobrecorrente instantânea e temporizada de neutro,27-subtensão,59-sobretensão,32-direcional de potencia,67-sobrecorrente direcional,59n-sobretensão de neutro,81u/81O	un	1,000	24276,77000	24.276,77
01.003.031	Transformador de potencial encapsulado em epoxi 15 kv, uso interno	un	1,000	2710,45000	2.710,45

	<p align="center">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CAMPUS ARACAJU</p>	
---	--	---

01.003.032	Transformador de corrente relação de transformação 200-5A, tipo seco, classe de tensão 15KV	un	2,000	283,34000	566,68
01.004	ITEM 16: LISTA DE MATERIAIS - CAMPUS NOSSA SENHORA DO SOCORRO				13.909,01
01.004.001	Elo fusível 10 k, 500 mm	un	6,000	8,51000	51,06
01.004.002	Mufla terminal contratil à frio 12 / 20 Kv	un	3,000	615,11000	1.845,33
01.004.003	Pára-raio tipo polimérico 12KV, com desligador automático, resist. n/ linear	un	3,000	243,93000	731,79
01.004.004	Chave fusivel para redes de distribuicao, tensao de 15,0 kv, corrente nominal do porta fusivel de 100 a, capacidade de interrupcao simetrica de 7,10 ka, capacidade de interrupcao assimetrica 10,00 ka	un	3,000	303,46000	910,38
01.004.005	Grampo linha viva 6 a 250 mcm, ramal 8 a 2/0 awg	un	3,000	14,87000	44,61
01.004.006	Haste de aterramento em aco com 3,00 m de comprimento e dn = 5/8", revestida com baixa camada de cobre, com conector tipo grampo	un	3,000	30,16000	90,48
01.004.007	Lâmpada vapor metálico 400w	un	2,000	63,47000	126,94
01.004.008	Reator para lâmpada vapor metálico 400w	un	3,000	99,78000	299,34
01.004.009	Lâmpada vapor sódio alta pressão 250 w (philips ref. son 250w ou similar)	un	2,000	39,62000	79,24
01.004.010	Reator externo p/ lâmpada vapor sódio 250w	un	2,000	157,70000	315,40
01.004.011	Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg	kg	4,000	51,75000	207,00
01.004.012	Isolador de passagem interno - interno 15kv	un	3,000	57,54000	172,62
01.004.013	Terminal de compressão para cabo de 35 mm2 - fornecimento	un	6,000	1,56000	9,36
01.004.014	Terminal de compressão para cabo de 70 mm2 - fornecimento e instalação	un	6,000	4,65000	27,90
01.004.015	Terminal de compressão para cabo de 120 mm2 - fornecimento e instalação	un	6,000	7,23000	43,38
01.004.016	Cabo de alumínio nu asc, com alma de aço, 7x1 fios - 2/0 awg	kg	30,000	26,23000	786,90
01.004.017	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 16mm², 1kv / 90° C	m	25,000	8,29000	207,25
01.004.018	Cabo de cobre isolado EPR, flexivel, 35mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	22,000	17,03000	374,66
01.004.019	Cabo de cobre isolado EPR, flexivel, 70mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	22,000	35,04000	770,88
01.004.020	Cabo de cobre isolado EPR, flexivel, 120mm², 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	25,000	58,46000	1.461,50
01.004.021	Disjuntor tripolar 600 A, padrão DIN (linha branca), corrente de interrupção 65KA, ref.: Siemens LFC3M ou similar	un	1,000	1944,43000	1.944,43
01.004.022	Isolador pino porcelana p/ 15kv	un	3,000	21,45000	64,35
01.004.023	Relé fotoelétrico individual 5a / 127v, c/ base móvel	un	3,000	22,36000	67,08
01.004.024	Transformador de potencial encapsulado em epoxi 15 kv, uso interno	un	1,000	2710,45000	2.710,45
01.004.025	Transformador de corrente relação de transformação 200-5A, tipo seco, classe de tensão 15KV	un	2,000	283,34000	566,68



VALOR TOTAL DOS MATERIAIS EVENTUAIS

115.801,29

Nota: A proposta final deverá ser elaborada conforme esta planilha, discriminada por item, com o valor total de cada subgrupo. Sendo que o Subgrupo 03 deverá ser ajustado conforme a Tabela 02.

1.1.1. Os valores médios e unitários apresentados na proposta em relação aos itens 01 à 16 do GRUPO 01, não poderão ultrapassar os valores de referência da Entidade Licitante, sob pena de desclassificação.

1.1.2. Os valores unitários estabelecidos pela Entidade Licitante, no anexo 2 - Lista de Materiais (serviços – manutenção elétrica e lista de materiais (SUBGRUPO 3)) não poderão ser ultrapassados na proposta da licitante, sob pena de desclassificação.

1.1.3. Nas hipóteses eventuais de reduções ou acréscimos de serviços novos, serão usados os preços unitários do SINAPI/CEF e/ou ORSE/DEHOP/SE (com as devidas justificativas), inclusive o BDI, a critério da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS.

1.1.4. Para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região, aplicando-se sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pelo CONTRATADO em relação ao orçamento estimativo do certame;

1.1.5. Para os itens novos não constantes do SINAPI/ORSSE, deverá ser utilizado o menor custo obtido a partir da pesquisa realizada em pelo menos três fornecedores.

1.2 GLOSSÁRIO RESUMIDO

1.2.1. Manutenção Preventiva: Manutenção programada com a intenção de reduzir a probabilidade de falha em um sistema, máquina ou equipamento;

1.2.2. Manutenção Corretiva: Manutenção não programada que visa reparar um sistema, máquina ou equipamento com objetivo de restaurar as suas condições iniciais.

1.2.3. Operação eventual das subestações: Utilizar mão de obra especializada, equipamentos de proteção e ferramentas adequadas para o desligamento e reenergização das subestações.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Instituto Federal de Sergipe (IFS) possui alguns *campi* atendidos em média tensão (13.8 kV), dentre os quais pode-se citar as unidades de Lagarto, Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, os quais somados totalizam 21 transformadores distribuídos em subestações aéreas e abrigadas, destinadas ao atendimento da energia elétrica a estas unidades do IFS.

2.1.1. Além disso, além das subestações e cubículos de medição, devido à extensão de alguns *campi*, o IFS também dispõe de redes aéreas em média e baixa tensão, tanto compactas quanto convencionais e de certa quantidade de iluminação pública, as quais fornecem a possibilidade de funcionamento das atividades acadêmicas durante o período da noite.

2.1.3. Sabemos que alguns defeitos anteriores deixaram unidades do IFS por dias sem energia, tais como: queima do transformador de 500 kVA a óleo do Campus Aracaju; rompimento de cabo da rede aérea no Campus São Cristóvão, devido à queda de uma árvore; defeito no disjuntor de média tensão do Campus Lagarto, dentre outros.

2.2. Para o bom funcionamento das atividades tanto administrativas quanto acadêmicas, é necessário o perfeito funcionamento das subestações, cubículos de medição e redes de energia, tornando de extrema importância a necessidade de contratação de empresa especializada que possua profissionais qualificados e capacitados para desenvolver manutenções preventivas e/ou corretivas em média e baixa tensão, além de serviços necessários de forma a manter as subestações do IFS

seguras, de acordo com as normas técnicas da ABNT relacionadas, da Concessionária de energia local e de segurança vigentes.

2.3. A descrição da solução como um todo envolve realizar manutenção preventiva anual nas subestações e cubículos de medição dos *campi*, realizar manutenção preventiva anual nas redes (convencional e multiplexada) de média de baixa tensão dos *campi*, realizar manutenção corretiva eventual nas subestações ou cubículos de medição e realizar operação eventual nas subestações ou cubículos de medição dos *campi* do IFS quando solicitados pela fiscalização. Quando os serviços de manutenção preventiva ou corretiva, não necessitem apenas dos materiais de consumo e ferramentas (itens que devem ser disponibilizados pela CONTRATADA), os materiais deverão ser previamente formalizados com a fiscalização, devendo ser pagos através da utilização da planilha presente no anexo 2 - Lista de Materiais (Subgrupo 03).

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A natureza dos serviços contratados enquadra-se como comum, conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois seus padrões de desempenho e de qualidade estão objetivamente definidos através do presente documento.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços de manutenção preventiva serão executados, conforme discriminado abaixo:

4.1.1 - MALHA DE TERRA

4.1.1.1 Medir a resistência e continuidade elétrica da malha de aterramento, assim como aterramento das partes metálicas dos equipamentos tais como suportes, portas, grades, etc.

4.2 - RAMAL DE ENTRADA

- 4.2.1. Verificar o estado do(s) poste(s) e cruzetas;
- 4.2.2. Verificar o estado dos isoladores do ramal aéreo;
- 4.2.3. Verificar a isolação do ramal de entrada (conjunto);
- 4.2.4. Verificar a presença de umidade nos dutos;
- 4.2.5. Verificar as armações de sustentação das muflas e a presença de umidade nestas;
- 4.2.6. Verificar as condições dos eletrodutos;
- 4.2.7. Verificar as chaves fusíveis;
- 4.2.8. Verificar os elos fusíveis;
- 4.2.9. Verificar estado dos pára-raios;
- 4.2.10. Verificar estado do suporte das buchas externa-interna;
- 4.2.11. Medir e anotar o valor da resistência de isolação das buchas e muflas.

4.3 – BARRAMENTOS/ VERGALHÕES

- 4.3.1. Limpar e pintar nas cores padrão recomendadas pela concessionária local, caso necessário;
- 4.3.2. Reapertar todas as fixações e conexões, substituindo parafusos e porcas, se necessário;
- 4.3.3. Medir e anotar o valor da resistência de isolamento;



4.3.4. Limpar todos os isoladores.

4.4 - CHAVES SECCIONADORAS E CHAVES SECCIONADORAS COM BASE FUSÍVEL

- 4.4.1. Examinar as articulações, pinos, molas e travas;
- 4.4.2. Operar e alinhar o fechamento dos contatos;
- 4.4.3. Lubrificar as partes móveis;
- 4.4.4. Verificar as condições dos isoladores e suportes;
- 4.4.5. Verificar os intertravamentos;
- 4.4.6. Limpar cuidadosamente o conjunto;
- 4.4.7. Verificar o estado das facas;
- 4.4.8. Medir e anotar o valor da resistência de isolamento;
- 4.4.9. Reapertar ligações do cabo terra, conexões gerais e fixações da estrutura.

4.5 - DISJUNTORES DE MÉDIA TENSÃO

- 4.5.1. Verificar e reapertar as fixações e conexões;
- 4.5.2. Examinar o mecanismo de operação, pinos, molas, braços e articulações;
- 4.5.3. Lubrificar as partes móveis e deslizantes dos disjuntores;
- 4.5.4. Testar a operação manual e automática, alinhando o fechamento dos contatos;
- 4.5.5. Inspeccionar as fiações, reapertando as conexões da fiação do comando;
- 4.5.6. Verificar o funcionamento do sistema de operação automática;
- 4.5.7. Quando a óleo, verificar a presença de vazamentos;
- 4.5.8. Quando a óleo, verificar nível de óleo, completando, se necessário;
- 4.5.9. Verificar desgaste e pressão dos contatos;
- 4.5.10. Limpar cuidadosamente os conjuntos;
- 4.5.11. Examinar todas as partes metálicas no que diz respeito a indícios de oxidação, corrosão e falhas metálicas;
- 4.5.12. Medir e anotar os valores de resistência de isolamento;
- 4.5.13. Analisar rigidez dielétrica do óleo isolante;
- 4.5.14. Testes dos sistemas de proteção e intertravamentos;
- 4.5.15. Reapertar as ligações do cabo terra, conexões gerais e fixação da estrutura;
- 4.5.16. Verificar as condições dos isoladores e suportes;
- 4.5.17. Verificar sinalização.

4.6 - TERMOGRAFIA

- 4.6.1. Utilizar equipamento de termografia nos vergalhões, equipamentos de transformação, medição, proteção e quadros gerais de baixa tensão instalados nas subestação de energia elétrica, informando a existência de pontos quentes.

4.7 - TRANSFORMADORES DE POTENCIAL E DE CORRENTE

- 4.7.1. Medir e anotar as respectivas relações de transformação;
- 4.7.2. Limpar cuidadosamente o conjunto;
- 4.7.3. Inspeccionar todas as partes metálicas;
- 4.7.4. Verificar e reapertar as fixações e conexões;

4.8 - TRANSFORMADORES DE POTÊNCIA

- 4.8.1. Medir e anotar as respectivas relações de transformação;
- 4.8.2. Medir e anotar as resistências ôhmicas de isolamento entre AT/BT, AT/Terra e BT/Terra;
- 4.8.3. Medir as resistências ôhmicas dos enrolamentos;
- 4.8.4. Medir e anotar os valores de tensão entre fases dos secundários;



- 4.8.5. Medir e anotar os valores das correntes por fase dos secundários;
- 4.8.6. Limpar cuidadosamente os conjuntos e reapertar parafusos, conexões e terminais;
- 4.8.7. Examinar tanques, tampas e radiadores;
- 4.8.8. Verificar estado de conservação e pintura;
- 4.8.9. Inspeccionar acessórios e suas fiações;
- 4.8.10. Verificar ruídos e vibrações;
- 4.8.11. Examinar as buchas e isoladores sobre a existência ou não de rachaduras;
- 4.8.12. Verificar se há sinais de oxidação;
- 4.8.13. Verificar o nível do óleo**;
- 4.8.14. Realizar teste físico-químico do óleo**;
- 4.8.15. Verificar vazamentos**.
- 4.8.15.1. O sinais ** (= asteriscos) são indicados para os transformadores a óleo.

4.9 - CHAVES FUSÍVEIS

- 4.9.1. Examinar as articulações, molas e travas;
- 4.9.2. Operar e alinhar o fechamento dos contatos;
- 4.9.3. Verificar o estado dos elos fusíveis, trocando-o adequadamente quando necessário;
- 4.9.4. Verificar o estado do suporte da chave;
- 4.9.5. Verificar o estado do porta fusível.

4.10 - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO GERAL (QGBT)

- 4.10.1. Substituir lâmpadas de sinalização queimadas;
- 4.10.2. Apertar fixações e conexões;
- 4.10.3. Verificar estado dos barramentos;
- 4.10.4. Verificar estado e funcionamento dos disjuntores gerais de parciais;
- 4.10.5. Verificar circuitos de controle, medição e sinalização;
- 4.10.6. Verificar a existência de vibrações ou ruídos anormais;
- 4.10.7. Verificar aterramento geral, reapertando as conexões;

4.11 - RELÉ E QUADRO DE COMANDO DO DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO

- 4.11.1. Substituir lâmpadas de sinalização queimadas;
- 4.11.2. Apertar fixações e conexões;
- 4.11.3. Verificar o funcionamento/ comando a distância do disjuntor geral de média tensão, quando existir;
- 4.11.4. Verificar aterramento geral, reapertando as conexões.

4.12 - REDE AÉREA DE MÉDIA TENSÃO

- 4.12.1. Verificar a existência de pontos quentes;
- 4.12.2. Reapertar fixações e conexões quando necessário, eliminando pontos quentes;
- 4.12.3. Substituir isoladores defeituosos, até o limite de 03 (três) por manutenção;
- 4.12.4. Realizar tracionamento de trechos quando necessário, até o limite de 02 (dois) trechos por manutenção;
- 4.12.5. Realizar estaio de poste, quando necessário, até o limite de 02 (dois) postes por manutenção;
- 4.12.6. Verificar funcionamento das chaves fusíveis;
- 4.12.7. Verificar os elos fusíveis, trocando quando necessário, até o limite de 06 (seis) por manutenção;
- 4.12.8. Verificar estado dos pára-raios, trocando quando necessário, até o limite de 03 (três) postes por manutenção;

4.13 - REDE AÉREA DE BAIXA TENSÃO

4.13.1. Verificar iluminação pública, substituindo seus acessórios tais como: lâmpadas, reatores ou relés, quando necessário, até o limite de (10) dez por manutenção;

4.13.2. Reapertar fixações e conexões quando necessário, eliminando pontos quentes.

4.14 – ALGUNS POSSÍVEIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.14.1. Substituição de cabos alimentadores de média tensão ou baixa tensão, aéreos ou enterrados;

4.14.2. Substituição de postes da rede aérea;

4.14.3. Substituição de equipamentos da subestação ou cubículo de medição;

4.15. Realizar manutenção preventiva anual nas subestações e cubículos de medição dos *campi*;

4.16. Realizar manutenção preventiva anual nas redes (convencional e multiplexada) de média de baixa tensão dos *campi*;

4.17. Realizar manutenção corretiva eventual nas subestações, cubículos de medição e redes de média e baixa tensão dos *campi* do IFS quando solicitados pela fiscalização;

4.18. Realizar operação eventual nas subestações, cubículos de medição e redes de média tensão dos *campi* do IFS quando solicitados pela fiscalização;

4.19. Quando os serviços de manutenção preventiva ou corretiva, não necessitar apenas dos materiais de consumo e ferramentas (itens que devem ser disponibilizados pela CONTRATADA), estes materiais deverão ser previamente formalizados com a fiscalização, devendo ser pagos através da utilização da planilha presente no anexo 2;

4.20. As manutenções preventivas nos cubículos de medição ou subestações abrigadas deverão ser realizadas em apenas um (01) dia, conforme data a ser definida em conjunto com a Fiscalização e a direção do respectivo Campus;

4.21. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva ou operações eventuais deverão ser executados pela CONTRATADA sempre que solicitados pelo Contratante, inclusive aos sábados, domingos e feriados, se houver necessidade;

4.22. A Contratada deverá atender os chamados do IFS para executar os serviços de manutenção corretiva de urgência ou operações eventuais que se fizerem necessários no prazo máximo de 8 (oito) horas, a partir da abertura do chamado, devendo, para tanto, disponibilizar número local de celular (DDD 79), disponível 24/7 (vinte quatro horas em todos os 7 dias da semana, inclusive feriados) para solicitação de manutenção emergencial ao responsável pela efetivação do serviço a qualquer tempo;

4.23. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, em data definida pela fiscalização, tendo em vista a liberação da realização dos serviços pelo setor responsável;

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Será declarado vencedor do procedimento licitatório o licitante que apresentar a proposta de menor preço global, GRUPO 01 (UM) (soma do SUBGRUPO 01 (UM), SUBGRUPO 00(DOIS) e SUBGRUPO 03 (TRÊS)), obedecendo-se as exigências deste termo de referência. A CONTRATADA deverá fornecer obrigatoriamente o valor dos serviços com base nas tabelas abaixo (TABELA 1 e TABELA 2), de forma que os valores unitários não excedam os valores de referência fornecidos pela entidade licitante para cada item:



	<p align="center">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CAMPUS ARACAJU</p>	
---	--	---



TABELA 1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E OPERAÇÃO EVENTUAL NAS SUBESTAÇÕES DE ENERGIA DO IFS

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO				
SUBGRUPO 01 (Valor Fixo)	Realização de manutenção preventiva nas subestações (abrigadas e aéreas), cubículos de medição e redes aéreas (convencional e multiplexada) de média e de baixa tensão, nos <i>campi</i> do IFS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.		R\$ Médio Unitário	R\$ Médio Total
	ITEM 01	Campus Lagarto		1 unidade
	ITEM 02	Campus Aracaju		1 unidade
	ITEM 03	Campus São Cristóvão		1 unidade
	ITEM 04	Nossa Senhora do Socorro		1 unidade
VALOR MÉDIO TOTAL DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (R\$)*				
SUBGRUPO 02 (Realizados por Demanda)	Realização de operação eventual nas subestações (abrigadas e aéreas) ou cubículos de medição nos <i>campi</i> do IFS OU realização de manutenção corretiva eventual, nas subestações (abrigadas e aéreas), cubículos de medição ou redes aéreas (convencional e multiplexada) de média e de baixa tensão, nos <i>campi</i> do IFS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme anexo 2.		R\$ Unitário (horas)	R\$ Total
	ITEM 05	Homem-hora de eletrotécnico* para o Campus Lagarto.		48
	ITEM 06	Homem-hora de eletricista* para o Campus Lagarto.		48
	ITEM 07	Homem-hora de eletrotécnico* para o Campus Aracaju.		61
	ITEM 08	Homem-hora de eletricista* para o Campus Aracaju.		61
	ITEM 09	Homem-hora de eletrotécnico* para o Campus São Cristóvão.		179
	ITEM 10	Homem-hora de eletricista* para o Campus São Cristóvão.		179
	ITEM 11	Homem-hora de eletrotécnico* para o Campus Nossa Senhora do Socorro.		40
	ITEM 12	Homem-hora de eletricista* para o		40

		Campus Nossa Senhora do Socorro.			
VALOR MÉDIO TOTAL ANUAL DA MÃO DE OBRA (R\$)*					
SUBGRUPO 03 (Realizados por demanda)	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme anexo 2 - Lista de Materiais.				R\$ Total
	ITEM 3.1	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme anexo 2 - Lista de Materiais para o Campus Lagarto.			
	ITEM 3.2	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme anexo 2 - Lista de Materiais para o Campus Aracaju.			
	ITEM 3.3	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme anexo 2 - Lista de Materiais para o Campus São Cristóvão.			
	ITEM 3.4	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme anexo 2 - Lista de Materiais para o Campus Nossa Senhora do Socorro.			
VALOR TOTAL DOS MATERIAIS (R\$)*					
VALOR GLOBAL (GRUPO 01 + GRUPO 02 + GRUPO 03)					

TABELA 2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E OPERAÇÃO EVENTUAL NAS SUBESTAÇÕES DE ENERGIA DO IFS

SUBGRUPO 03	Lista de materiais que podem ser utilizados nas manutenções preventivas ou corretivas, conforme anexo 2**.	UNID	QUANT	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL
01	LISTA DE MATERIAIS - MANUTENÇÃO DAS SUBESTAÇÕES E REDES ELÉTRICAS DO IFS				
01.001	ITEM 13: LISTA DE MATERIAIS - CAMPUS LAGARTO				
01.001.001	Elo fusível 10 k, 500 mm	un	3,000		
01.001.002	Mufla terminal contratil à frio 12 / 20 Kv	un	8,000		
01.001.003	Pára-raio tipo polimérico 12KV, com desligador automático, resist. n/ linear	un	3,000		
01.001.004	Chave fusivel para redes de distribuicao, tensao de 15,0 kv, corrente nominal do porta fusivel de 100 a, capacidade de interrupcao simetrica de 7,10 ka, capacidade de interrupcao assimetrica 10,00 ka	un	3,000		
01.001.005	Grampo linha viva 6 a 250 mcm, ramal 8 a 2/0 awg	un	3,000		
01.001.006	Haste de aterramento em aco com 3,00 m de comprimento e dn = 5/8", revestida com baixa camada de cobre, com conector tipo grampo	un	3,000		
01.001.007	Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg	kg	,5000		
01.001.008	Isolador de passagem interno - interno 15kv	un	3,000		
01.001.009	Terminal de compressão para cabo de 185 mm2	Un	3,000		
01.001.010	Terminal de compressão para cabo de 240 mm2	Un	3,000		
01.001.011	Cabo de alumínio nu asc, com alma de aço, 7x1 fios - 2/0 awg	kg	2,000		
01.001.012	Cabo de cobre isolado EPR, flexivel, 25mm², 12/20kv / 90° C (Eprotenax ou similar)	m	130,000		
01.001.013	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 25mm², 1kv /	m	20,000		

	<p align="center">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CAMPUS ARACAJU</p>	 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERGIPE</p>
---	--	--



	90° C				
01.001.014	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 70mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000		
01.001.015	Isolador pino porcelana p/ 15kv	un	3,000		
01.001.016	Disjuntor tripolar 600 A, padrão DIN (linha branca), corrente de interrupção 65KA, ref.: Siemens LFC3M ou similar	un	1,000		
01.002	ITEM 14: LISTA DE MATERIAIS - CAMPUS ARACAJU				
01.002.001	Elo fusível 10 k, 500 mm	un	3,000		
01.002.002	Mufla terminal contratil à frio 12 / 20 Kv	un	6,000		
01.002.003	Pára-raio tipo polimérico 12KV, com desligador automático, resist. n/ linear	un	3,000		
01.002.004	Chave fusível para redes de distribuição, tensão de 15,0 kv, corrente nominal do porta fusível de 100 a, capacidade de interrupção simétrica de 7,10 ka, capacidade de interrupção assimétrica 10,00 ka	un	1,000		
01.002.005	Grampo linha viva 6 a 250 mcm, ramal 8 a 2/0 awg	un	1,000		
01.002.006	Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg	kg	1,000		
01.002.007	Isolador de passagem interno - interno 15kv	un	5,000		
01.002.008	Terminal de compressão para cabo de 50 mm²	Un	6,000		
01.002.009	Terminal de compressão para cabo de 95 mm²	Un	6,000		
01.002.010	Terminal de compressão para cabo de 150 mm²	Un	6,000		
01.002.011	Terminal de compressão para cabo de 185 mm²	Un	6,000		
01.002.012	Terminal de compressão para cabo de 240 mm²	Un	6,000		
01.002.013	Lâmpada vapor sódio alta pressão 250 w (philips ref. son 250w ou similar)	un	4,000		
01.002.014	Reator externo p/ lâmpada vapor sódio 250w	un	4,000		
01.002.015	Lâmpada vapor metálico 400w	un	4,000		
01.002.016	Reator para lâmpada vapor metálico 400w	un	4,000		
01.002.017	Cabo de alumínio nu asc, com alma de aço, 7x1 fios - 2/0 awg	kg	50,000		
01.002.018	Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm²	m	28,000		
01.002.019	Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm²	m	28,000		
01.002.020	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 25mm², 12/20kv / 90° C (Eprotenax ou similar)	m	70,000		
01.002.021	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 10mm², 1kv / 90° C	m	30,000		
01.002.022	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 16mm², 1kv / 90° C	m	30,000		
01.002.023	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 25mm², 1kv / 90° C	m	20,000		
01.002.024	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 35mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000		
01.002.025	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 50mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000		
01.002.026	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 70mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000		
01.002.027	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 95mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000		





INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CAMPUS ARACAJU



01.002.028	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 120mm², 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	20,000		
01.002.029	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 240mm², 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	15,000		
01.002.030	Isolador pino porcelana p/ 15kv	un	3,000		
01.002.031	Relé fotoelétrico individual 5a / 127v, c/ base móvel	un	8,000		
01.002.032	Disjuntor tripolar 600 A, padrão DIN (linha branca), corrente de interrupção 65KA, ref.: Siemens LFC3M ou similar	un	1,000		
01.002.033	Transformador de corrente relação de transformação 200-5A, tipo seco, classe de tensão 15KV	un	3,000		
01.003	ITEM 15: LISTA DE MATERIAIS - CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO				
01.003.001	Elo fusível 10 k, 500 mm	un	6,000		
01.003.002	Pára-raio tipo polimérico 12KV, com desligador automático, resist. n/ linear	un	3,000		
01.003.003	Chave fusível para redes de distribuição, tensão de 15,0 kv, corrente nominal do porta fusível de 100 a, capacidade de interrupção simétrica de 7,10 ka, capacidade de interrupção assimétrica 10,00 ka	un	3,000		
01.003.004	Grampo linha viva 6 a 250 mcm, ramal 8 a 2/0 awg	un	3,000		
01.003.005	Haste de aterramento em aço com 3,00 m de comprimento e dn = 5/8", revestida com baixa camada de cobre, com conector tipo grampo	un	3,000		
01.003.006	Lâmpada vapor metálico 400w	un	36,000		
01.003.007	Reator para lâmpada vapor metálico 400w	un	36,000		
01.003.008	Lâmpada vapor sódio alta pressão 250 w (philips ref. son 250w ou similar)	un	5,000		
01.003.009	Reator externo p/ lâmpada vapor sódio 250w	un	5,000		
01.003.010	Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg	kg	1,000		
01.003.011	Isolador de passagem interno - interno 15kv	un	3,000		
01.003.012	Terminal de compressão para cabo de 50 mm²	Un	3,000		
01.003.013	Terminal de compressão para cabo de 95 mm²	Un	3,000		
01.003.014	Terminal de compressão para cabo de 150 mm²	Un	3,000		
01.003.015	Terminal de compressão para cabo de 185 mm²	Un	3,000		
01.003.016	Terminal de compressão para cabo de 240 mm²	Un	3,000		
01.003.017	Cabo de alumínio nu asc, com alma de aço, 7x1 fios - 2/0 awg	kg	130,000		
01.003.018	Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm²	m	82,000		
01.003.019	Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm²	m	82,000		
01.003.020	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 25mm², 1kv / 90° C	m	40,000		
01.003.021	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 35mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	40,000		
01.003.022	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 50mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	40,000		
01.003.023	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 70mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	40,000		
01.003.024	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 95mm², 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	70,000		

	<p align="center">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CAMPUS ARACAJU</p>	 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERGIPE</p>
---	--	--

01.003.025	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 120mm ² , 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	75,000		
01.003.026	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 240mm ² , 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	50,000		
01.003.027	Isolador pino porcelana p/ 15kv	un	6,000		
01.003.028	Relé fotoelétrico individual 5a / 127v, c/ base móvel	un	24,000		
01.003.029	Poste concreto duplo T (DT) 10/ 600	un	3,000		
01.003.030	Relé de proteção de rede -50/51-sobrecorrente instantânea e temporizada, 50c/50-nsobrecorrente instantânea e temporizada de neutro,27-subtensão,59-sobretensão,32-direcional de potencia,67-sobrecorrente direcional,59n-sobretensão de neutro,81u/81O	un	1,000		
01.003.031	Transformador de potencial encapsulado em epoxi 15 kv, uso interno	un	1,000		
01.003.032	Transformador de corrente relação de transformação 200-5A, tipo seco, classe de tensão 15KV	un	2,000		
01.004	ITEM 16: LISTA DE MATERIAIS - CAMPUS NOSSA SENHORA DO SOCORRO				
01.004.001	Elo fusível 10 k, 500 mm	un	6,000		
01.004.002	Mufla terminal contratil à frio 12 / 20 Kv	un	3,000		
01.004.003	Pára-raio tipo polimérico 12KV, com desligador automático, resist. n/ linear	un	3,000		
01.004.004	Chave fusível para redes de distribuicao, tensao de 15,0 kv, corrente nominal do porta fusível de 100 a, capacidade de interrupcao simetrica de 7,10 ka, capacidade de interrupcao assimetrica 10,00 ka	un	3,000		
01.004.005	Grampo linha viva 6 a 250 mcm, ramal 8 a 2/0 awg	un	3,000		
01.004.006	Haste de aterramento em aco com 3,00 m de comprimento e dn = 5/8", revestida com baixa camada de cobre, com conector tipo grampo	un	3,000		
01.004.007	Lâmpada vapor metálico 400w	un	2,000		
01.004.008	Reator para lâmpada vapor metálico 400w	un	3,000		
01.004.009	Lâmpada vapor sódio alta pressão 250 w (philips ref. son 250w ou similar)	un	2,000		
01.004.010	Reator externo p/ lâmpada vapor sódio 250w	un	2,000		
01.004.011	Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg	kg	4,000		
01.004.012	Isolador de passagem interno - interno 15kv	un	3,000		
01.004.013	Terminal de compressão para cabo de 35 mm ² - fornecimento	un	6,000		
01.004.014	Terminal de compressão para cabo de 70 mm ² - fornecimento e instalação	un	6,000		
01.004.015	Terminal de compressão para cabo de 120 mm ² - fornecimento e instalação	un	6,000		
01.004.016	Cabo de alumínio nu asc, com alma de aço, 7x1 fios - 2/0 awg	kg	30,000		
01.004.017	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 16mm ² , 1kv / 90° C	m	25,000		
01.004.018	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 35mm ² , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	22,000		
01.004.019	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 70mm ² , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	22,000		

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CAMPUS ARACAJU	 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERGIPE
---	--	--

01.004.020	Cabo de cobre isolado EPR, flexível, 120mm ² , 0,6/1KV / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	25,000		
01.004.021	Disjuntor tripolar 600 A, padrão DIN (linha branca), corrente de interrupção 65KA, ref.: Siemens LFC3M ou similar	un	1,000		
01.004.022	Isolador pino porcelana p/ 15kv	un	3,000		
01.004.023	Relé fotoelétrico individual 5a / 127v, c/ base móvel	un	3,000		
01.004.024	Transformador de potencial encapsulado em epoxi 15 kv, uso interno	un	1,000		
01.004.025	Transformador de corrente relação de transformação 200-5A, tipo seco, classe de tensão 15KV	un	2,000		
VALOR TOTAL DOS MATERIAIS EVENTUAIS					

5.1.1. Os valores médios e unitários apresentados na proposta em relação aos itens 01 à 16 do GRUPO 01 (SUBGRUPO 01, SUBGRUPO 02 e SUBGRUPO 03), não poderão ultrapassar os valores de referência da Entidade Licitante, sob pena de desclassificação.

5.1.2 Os valores unitários estabelecidos pela Entidade Licitante, no anexo 2 - Lista de Materiais (serviços – manutenção elétrica e lista de materiais (SUBGRUPO 03)) não poderão ser ultrapassados na proposta da licitante, sob pena de desclassificação.

5.2. Para elaboração de sua proposta, a licitante deverá observar o escopo dos serviços conforme item 4 (FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS);

5.3. Estão presentes no ANEXO A deste Termo de Referência os principais equipamentos e características das subestações e cubículos de medição do IFS; contudo, esta lista não desobriga o licitante em realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços visando a correta elaboração de sua proposta;

5.4. Todos os custos com materiais de consumo, hospedagem, alimentação, transporte, dentre outros, para a perfeita execução dos serviços são de responsabilidade da CONTRADA, e devem estar inclusos na proposta.

5.5. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.5.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme área de atuação prevista neste Termo de Referência, em plena validade;

5.5.2 A licitante deverá possuir Atestado de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo (CAT) expedidas pelo CREA, provando que já realizou serviços semelhantes aos serviços aqui descrito – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM SUBESTAÇÕES E REDES DE ENERGIA ELÉTRICA.

5.5.2.1. Deverão constar dos atestados de capacidade técnica, os seguintes dados: Data de início e término dos serviços, local de execução dos serviços, nome do contratante, e da pessoa jurídica contratada, nome do responsável técnico, seus títulos profissionais e número do referido registro, especificações técnicas dos serviços e dos quantitativos executados. Fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, de acordo com inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93, comprovando que a licitante tenha prestado serviços ou esteja prestando serviços de manutenção preventiva, corretiva e operação em subestações transformadoras de energia elétrica compatíveis em características ao objeto licitado:

5.5.2.2. Manutenção em subestação abrigada com potência instalada: ≥ 750 (setecentos e cinquenta) kVA;

5.5.2.3. Manutenção ou instalação de rede aérea de média tensão (13.8 kV) em estrutura compacta: ≥ 1 (hum) km;

5.5.2.4. Manutenção ou instalação de rede aérea de média tensão (13.8 kV) em estrutura convencional: ≥ 1 (hum) km;

5.5.2.5. Manutenção ou instalação de rede aérea de baixa tensão (220/127 V) multiplexada: ≥ 1 (hum) km;

5.5.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da prestação dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços.

5.5.4. Comprovação da presença de um engenheiro eletricista (modalidade eletrotécnica) pertencente ao quadro técnico da empresa, comprovado através de certidão registrada no CREA.

5.5.4.1. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

5.5. Atestado de vistoria conforme item 9 deste termo de referência;

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. As **manutenções preventivas**, descritas no SUBGRUPO 01 deste objeto, serão pagas após a realização dos serviços e completo teste de funcional nos cubículos de medição, subestações, redes de média ou baixa e iluminação pública, sendo pagas por preço fixado por manutenção;

6.1.2. As **operações eventuais**, descritas no SUBGRUPO 02 deste objeto, serão pagas após a realização da reenergização e completo teste de funcional da subestação ou cubículo de medição, sendo o serviço pago por homem-hora necessária para a sua execução;

6.1.3. As **manutenções corretivas eventuais**, descritas no SUBGRUPO 02 deste objeto, serão pagas após a realização dos serviços e completo teste de funcional dos itens corrigidos, sendo pagas por homem-hora necessária execução dos serviços e, caso necessário, materiais utilizados na planilha presente no anexo 2 - Lista de Materiais (Subgrupo 3), itens previamente formalizados com a fiscalização;

6.1.4. Caso algum dos itens descritos nos itens 4.1 à 4.13 não forem executados, será verificado seu valor de mercado através de pesquisas de preços ou através da base do governo ORSE/SINAPI e descontados na fatura de medição. Fato que não será impeditivo para aplicações de demais sanções previstas na seção 18;

6.1.5. A Contratada deverá executar os serviços conforme especificações contidas no Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

6.1.6. A Contratada deverá disponibilizar um engenheiro eletricista, responsável técnico devidamente registrado no CREA, para a supervisão do contrato de manutenção, que prestará esclarecimentos técnicos pertinentes, apresentará especificações detalhadas de peças para aquisição e emitirá laudos

e atestados - com ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) - sobre os serviços e equipamentos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

6.1.7. Ao final das manutenções preventivas ou corretivas, a CONTRATADA deverá emitir um relatório dos serviços executados, indicando também a relação de peças substituídas, assim como anotação de responsabilidade técnica – ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) dos serviços executado.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A Contratada deverá possuir em uma das localidades de prestação dos serviços, em até 60 dias corridos da data de assinatura do contrato, instalação de estrutura administrativa mínima para suportar os compromissos assumidos com a Contratante em todos os locais previstos contratualmente, com todos os seus custos deverão estar inclusos sua proposta;

7.2. As operações eventuais, manutenções preventivas e corretivas deverão ser, obrigatoriamente, executadas por pessoa habilitada, com registro no CREA, podendo, caso necessário, ser auxiliado por assistente, devendo tais custos estar inclusos na proposta;

7.3. A licitante deverá comprovar através de acervo técnico comprovado no CREA que já realizou, no mínimo uma (01), manutenção em subestação abrigada com potência instalada de 750 (setecentos e cinquenta) KVA, 1 (hum) km de rede aérea em média tensão (13.8kV) com estrutura compacta e convencional, e 1 (hum) km de rede aérea em baixa tensão multiplexada (220/127 V), sob pena se inabilitação;

7.4. A licitante deverá disponibilizar um engenheiro eletricista, responsável técnico devidamente registrado no CREA, para a supervisão do contrato de manutenção, que prestará esclarecimentos técnicos pertinentes, apresentará especificações detalhadas de peças para aquisição e emitirá laudos e atestados - com ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) - sobre os serviços e equipamentos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

7.4.1. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

7.5. Ao final das manutenções preventivas ou corretivas, a CONTRATADA deverá emitir um relatório dos serviços executados, indicando também a relação de peças substituídas, assim como anotação de responsabilidade técnica – ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) dos serviços executado;

7.6. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.8. Os profissionais que serão empregados no serviço, conforme Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme natureza e complexidade do serviço, serão:

7.8.1. Título 2143-05 - Engenheiro eletricista: Engenheiro eletrotécnico, Engenheiro elétrico;

7.8.2. Título 3131-05 - Técnico Eletrotécnico;

7.8.3. Título 3131-30 - Técnico eletricitista;

7.9. Os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequado ao serviço a ser realizado, quando for o caso, com todos os custos inclusos na proposta;

7.10. Demais obrigações do contratante e da contratada encontram-se nos itens 12 e 13 deste documento;

7.11. A natureza do serviço justifica-se pois há um consenso doutrinário em que a caracterização de serviço como contínuo requer a demonstração de sua essencialidade e habitualidade para o contratante. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva são imprescindíveis às atividades do Instituto Federal de Sergipe, em cuja interrupção certamente compromete a continuidade da prestação dos serviços, podendo também comprometer a segurança dos alunos, servidores e patrimônio. A ausência pode, inclusive provocar incêndios e danos a equipamentos elétricos. A energia é necessária para todas as atividades da instituição, tanto atividades fim quanto meio, tornando-se um requisito essencial para funcionamento desta instituição. Assim, resta definida e justificada a natureza continuada do serviço de manutenção preventiva e corretiva das subestações desse Instituto, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/1993. O serviço não exige dedicação exclusiva de mão-de-obra;

7.12. De acordo com o Art. 4º para os fins do disposto no art. 2º do no Decreto 7.746/2012, o qual estabelece os critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública, verifica-se que as manutenções preventivas, corretivas e operações das subestações e redes do IFS do grupo gerador de energia podem ser consideradas práticas sustentáveis, pois fornece maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

7.13. Pela natureza contínua do contrato, sugere-se a vigência contratual de 12 meses, com possibilidade de prorrogação nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/1993;

7.14. A promoção da transferência do conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas serão realizados através de relatórios discriminando os serviços executados e peças substituídas, todos constando a data da efetiva realização;

7.15. Conforme documentos de outros órgãos da administração pública e pesquisas de mercado (orçamentos) de empresas locais para a solução proposta, verifica-se que este estudo foi realizado em formato semelhante das soluções aplicadas atualmente no mercado;

7.16. Será necessário a declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Participarão da gestão contratual os seguintes atores, com suas respectivas responsabilidades:

8.1.1. Gestor do Contrato: responsável pela coordenação das atividades relacionadas à gestão do Contrato, bem como pela formalização dos procedimentos que envolvam prorrogação, alteração,

reequilíbrio, pagamento, aplicação de sanções, dentre outros. É também o responsável pelo recebimento definitivo dos serviços;

8.1.2. Fiscal Técnico: responsável pela avaliação da execução do objeto nos moldes contratados, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo de prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de desempenho previstos neste Termo de Referência;

8.2. Os mecanismos de comunicação entre o IFS e a prestadora dos serviços serão o e-mail, utilizado preferencialmente; os ofícios e notificações. Telefonemas não serão considerados para fins de decisões administrativas sobre a execução contratual;

8.3. As ocorrências acerca da execução contratual serão registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e aos fiscais a adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

8.4. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Técnico, através de relatório em consonância com suas atribuições, contendo registro, análise e conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução do contrato. O relatório deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato após a execução dos serviços, juntamente com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

8.5. O recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato, que analisará o relatório da fiscalização e o IMR, solicitando as correções necessárias à Contratada, se necessário, e comunicando-a para que emita nota fiscal/fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.6. A unidade de medida dos serviços contratados para as manutenções preventivas será a unidade (Un), ao passo que a unidade de medida para as manutenções corretivas e operações eventuais será homem-hora de técnico em eletrotécnica (HH), sendo realizado o pagamento após o recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato;

8.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

8.8. A apuração do valor devido à Contratada considerará, ainda, a medição dos resultados atingidos pela prestação dos serviços no mês de competência, conforme IMR descrito no ANEXO B deste Termo de Referência;

8.9. O objetivo do IMR é definir, em bases objetivas e tangíveis, o nível da qualidade dos serviços prestados, ajustando os pagamentos devidos à Contratada em caso de não atingimento dos resultados esperados;

8.10. Demais informações sobre o cálculo de multa, estão indicadas no item 18 (Sanções administrativas);

8.11. A Contratada deverá atender os chamados do IFS para executar os serviços de manutenção corretiva de urgência ou operações eventuais que se fizerem necessários no prazo máximo de 8 (oito) horas, a partir da abertura do chamado, devendo, para tanto, disponibilizar número local de celular (DDD 79), disponível 24/7 (vinte quatro horas em todos os 7 dias da semana, inclusive feriados) para solicitação de manutenção emergencial ao responsável pela efetivação do serviço a qualquer tempo;

8.12. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será com base nos resultados, conforme as seguintes diretrizes:

8.12.1. As manutenções preventivas serão pagas após a realização dos serviços, incluindo a troca dos materiais necessários e autorizados pela fiscalização, e completo teste de funcional das subestações, cubículo de medição e redes aéreas, sendo pagas por preço fixado por manutenção;

8.12.1.1. Demais informações sobre os materiais a serem utilizados encontram-se na seção 9;

8.12.2 As manutenções corretivas e operações eventuais serão pagas após a realização dos serviços e completo teste de funcional das subestações, cubículo de medição e redes aéreas, sendo pagas por homem-hora necessária execução dos serviços;

8.12.3. Os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços, são:

8.12.3.1. Correção dos defeitos verificados;

8.12.3.2. Realização dos serviços na data pré-estabelecida;

8.12.3.3. Adequação do material ao serviço prestado;

8.12.3.4. Utilização das ferramentas adequadas;

8.12.3.5. Utilização dos EPI's adequados;

8.12.3.6. Adequação do tempo aos serviços prestados;

8.12.3.7. Fornecimento do relatório dos serviços prestados;

8.12.3.8. Fornecimento da ART;

8.12.3.9. Completa realização dos serviços indicados no item 4 (FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS) deste Termo de Referência;

8.12.3.10. Completa verificação funcional da subestação, cubículo de medição ou rede;

8.13. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados;

8.13.1. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

8.13.1.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

8.13.1.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

8.13.1.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

8.13.1.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

8.13.2. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no alínea "a" do subitem 8.15 acima, observada a legislação que rege a matéria;

8.13.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

8.13.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

8.13.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.13.6. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

8.13.7. A garantia será considerada extinta:

8.13.7.1. com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

8.13.7.2. com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem 8.13. acima, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

8.13.8. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e materiais de consumo (estopas, fitas, etc) para a referida manutenção;

9.2. Durante às manutenções, caso seja necessário a substituição de materiais que não sejam de consumo, a CONTRATADA deverá fornecer nas condições e preços conforme lista presente no anexo 2 - Lista de Materiais (Subgrupo 03). A constatação da necessidade de substituição deverá ser comprovada e justificada através de relatório fundamentado pela CONTRATADA após a realização dos serviços;

9.2.1. Nas hipóteses eventuais de reduções ou acréscimos de serviços novos, serão usados os preços unitários do SINAPI/CEF e/ou ORSE/DEHOP/SE (com as devidas justificativas), inclusive o BDI, a critério da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS.

9.2.2. Para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região, aplicando-se sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pelo CONTRATADO em relação ao orçamento estimativo do certame;

9.2.3. Para os itens novos não constantes do SINAPI/ORSE, deverá ser utilizado o menor custo obtido a partir da pesquisa realizada em pelo menos três fornecedores.

9.3. Os custos com transportes e alimentação dos funcionários, caso necessário, serão de responsabilidade da contratada;

9.3.1. OBSERVAÇÃO: Os demais materiais não presentes na lista do anexo 2 - Lista de Materiais, quando for constatado a necessidade de substituição nas manutenções, deverão ser indicados à fiscalização através de relatório para aquisição pelo respectivo Campus, porém, a mão de obra da substituição será de responsabilidade da Contratada.

10 DA VISTORIA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, **o licitante poderá realizar vistoria** nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 12:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente e-mail dipop@ifs.edu.br, podendo sua realização ser comprovada por:

10.1.1. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

10.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

10.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

11. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, em data definida pela fiscalização, tendo em vista a liberação da realização dos serviços pelo setor responsável;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3 Promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, registrando os assuntos em ata;

12.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017;

12.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.7.1 Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da Contratada;

12.7.2 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.7.3 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.7.4 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

12.7.5 Considerar os trabalhadores da Contratada como seus próprios colaboradores eventuais, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

12.7.6 Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 A Contratada deverá possuir em uma das localidades de prestação dos serviços, em até 60 dias corridos da data de assinatura do contrato, instalação de estrutura administrativa mínima para suportar os compromissos assumidos com a Contratante em todos os locais previstos contratualmente, com todos os seus custos deverão estar inclusos sua proposta;

13.2 As operações eventuais, manutenções preventivas e corretivas deverão ser, obrigatoriamente, executadas por pessoa habilitada, com registro no CREA, podendo, caso necessário, ser auxiliado por assistente;

13.3 A licitante deverá comprovar através de acervo técnico comprovado no CREA que já realizou, no mínimo uma (01), manutenção em subestação abrigada com potência instalada de 750 (setecentos e cinquenta) KVA, 1 (hum) km de rede aérea em média tensão (13.8kV) com estrutura compacta e convencional, e 1 (hum) km de rede aérea em baixa tensão multiplexada (220/127 V), sob pena de inabilitação;

13.4 A Contratada deverá disponibilizar um engenheiro eletricista, responsável técnico devidamente registrado no CREA, para a supervisão do contrato de manutenção, que prestará esclarecimentos técnicos pertinentes, apresentará especificações detalhadas de peças para aquisição e emitirá laudos e atestados - com ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) - sobre os serviços e equipamentos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

13.5 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

13.6 Ao final das manutenções preventivas ou corretivas, a CONTRATADA deverá emitir um relatório dos serviços executados, indicando também a relação de peças substituídas, assim como anotação de responsabilidade técnica – ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) dos serviços executado;

13.7 A Contratada deverá atender os chamados do IFS para executar os serviços de manutenção corretiva de urgência ou operações eventuais que se fizerem necessários no prazo máximo de 8 (oito) horas, a partir da abertura do chamado, devendo, para tanto, disponibilizar número local de celular (DDD 79), disponível 24/7 (vinte quatro horas em todos os 7 dias da semana, inclusive feriados) para solicitação de manutenção emergencial ao responsável pela efetivação do serviço a qualquer tempo;

13.8 Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados pela CONTRATADA sempre que solicitados pelo Contratante, inclusive aos sábados, domingos e feriados, se houver necessidade;

13.9 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.10 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.12 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.13 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.14 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

13.15 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

13.16 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.17 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.18 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.20 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes

da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;

16.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

16.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

16.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017;

16.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no ANEXO B, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

16.5.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

16.5.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

16.6 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

16.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

16.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

16.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

16.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

16.13 O fiscal técnico ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

16.15 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.17 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

16.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de três (03) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

17.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

17.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de cinco (05) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

17.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada manutenção, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017);

17.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato;

17.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto;

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.1.ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.2.falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.3.comportar-se de modo inidôneo; e

18.1.4.cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1.**Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2.**Multa de:**

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por

cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão	02

	fiscalizador, por ocorrência;	
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Aracaju, 02 de outubro de 2018

Lucas Lima Conceição
Engenheiro Eletricista/DIPOP

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

() Aprovado () Não Aprovado

Data: ____/____/____

Ailton Ribeiro de Oliveira
Reitor - IFS